



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Handwritten signatures in blue ink.

Ata Nº 14/2015

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal

Três de dezembro de dois mil e quinze

-----Aos três dias do mês de dezembro de dois mil e quinze reuniu-se a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, no edifício dos Paços do Município, sob a presidência de Horácio Ramos Ferreira, estando presentes Teresa Maria da Côrte Gonçalves como primeira secretária e Catarina Jesus Silva Almada, como segunda secretária. ---

-----Estiveram presentes os seguintes deputados municipais: pelo Partido Social-Democrata: José Armino Pereira Pestana, José Jorge Fernandes Ornelas, Jeannete Ferreira Santos, Carlos Ramos Andrade, Luís Gaudêncio Fernandes e José Gilberto Abreu Andrade; Pelo Partido Socialista: João Abreu Gomes, Fábio Nelson Faria Santos, Libardo Juan Sousa Pereira e Graça Maria Fernandes Freitas; Pelo CDS/PP: Ilídio Faria Almada, Luís Alberto Almada Pestana, Adelina Maria Abreu Rodrigues, Telmo Ricardo Marques de Freitas e Marco Nuno Correia Martins; Pelo PTP: Marco Nuno da Luz das Almas e como deputados independentes: João Luís Drumond Henriques e Domingos de Sousa Andrade. -----

-----Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes: João José Gonçalves (Tesoureiro da Junta de Freguesia do Campanário em substituição do presidente); Emanuel Higinio Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Brava); Jorge Manuel Faria Santos (Presidente da Junta de Freguesia da Serra de Água) e Vítor Francisco Gomes de Abreu (Presidente da Junta de Freguesia da Tabua).-----

-----Estiveram ainda presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Ricardo Nascimento, o senhor Vice-Presidente Marcelino Pereira, o senhor vereador Rui Gouveia, a senhora Vereadora Natália Rodrigues, o senhor Vereador Alano Gonçalves, o senhor Vereador Carlos Gonçalves e o senhor Vereador Rafael Sousa.-----

----- Pelas quinze horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia, verificando a existência de quórum, declarou aberta a sessão, para a qual tinha sido agendada a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----Ponto um - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e da Situação Financeira, em conformidade com o disposto na alínea c), nº2 do artigo 25 da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Ponto dois - Discussão e aprovação da "Proposta de Orçamento para 2016, conforme o disposto no artigo 33º, nº1, alínea c) da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- Ponto três - Discussão e aprovação do “Plano Plurianual de Investimentos para 2016”, conforme o disposto no artigo 33º, nº1, alínea c) da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Ponto quatro - Discussão e aprovação do Plano de Atividades para 2016”, conforme o disposto no artigo 33º, nº1, alínea c) da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Ponto cinco - Discussão e aprovação do “Mapa de Pessoal para 2016”, conforme o disposto no artigo 33º, nº1, alínea c) da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Ponto seis - Discussão e aprovação do “Projeto de Relevante Interesse Municipal”, apresentado pela Acin Incloud Solutions, Lda e Data Rede, S.A., em conformidade com o artigo 82º do Regulamento do PDM, ratificado pela resolução nº 802/2015 da Presidência do Governo Regional.-----

----- Ponto sete - Discussão e votação dos representantes da Assembleia Municipal da Ribeira Brava na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho da Ribeira Brava.-----

----- Ponto oito - Apresentação, discussão e votação da Proposta de Resolução “Património Municipal do Concelho da Ribeira Brava”-----

----- Ponto nove - Discussão e votação da Proposta “Verba para aquisição de equipamento de áudio”.-----

----- Ponto dez - Discussão e votação da Proposta de Recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava intitulada “Cartão Municipal de Família Numerosa”.-----

----- Ponto onze - Discussão e votação da Proposta de Recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava intitulada “Fundo Municipal de Apoio às Famílias e Indivíduos Carenciados”.-----

----- Ponto doze - Discussão e votação da Proposta de Recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava intitulada “Incentivos ao Aumento da Taxa de Natalidade no Concelho”.-----

----- Ponto treze - Apresentação, discussão e votação da “Proposta de Discussão de Uma Recomendação Para Criação de Legislação Sobre Reservatório de Água na R. A. Madeira”.-----

-----No período Antes da Ordem do Dia, o presidente a Assembleia, informou sobre a correspondência recebida e seu conteúdo, bem como haver duas inscrições para participação do público.-----

----- Procedeu-se à discussão da ata número treze de dez de setembro de dois mil e quinze.-----

----- Colocada à votação a ata foi aprovada por unanimidade.-----

----- O deputado José Armindo Pereira Pestana do PSD, o deputado Luís Alberto Almada Pestana do CDS e o



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

representante da Junta de Freguesia do Campanário, João José Gonçalves, não votaram a ata devido a ausência na última reunião da Assembleia.-----

---- Ainda no período Antes da Ordem do Dia, o deputado Gilberto Andrade do PSD apresentou o voto de pesar pelo falecimento do cidadão e funcionário do município, Senhor Faustino Casimiro Abreu Martinho, com o seguinte conteúdo: «Os membros do Partido Social Democrata (PSD) da Assembleia Municipal da Ribeira Brava, manifestam a sua mais profunda emoção e constatação pelo falecimento no passado dia vinte e sete de novembro de dois mil e quinze, do Senhor Faustino Casimiro de Abreu Martinho, funcionário exemplar da Câmara Municipal há trinta e quatro anos e nove meses, incansável na defesa do exercício das suas funções de encarregado operacional, que sempre fez com dedicação e empenho ao serviço do Município.»-----

---- Colocado à votação, este voto de pesar foi aprovado por unanimidade.-----

---- O deputado Gilberto Andrade também apresentou o voto de pesar, com o seguinte conteúdo: «Os membros do Partido Social Democrata (PSD) da Assembleia Municipal da Ribeira Brava propõem um sentido voto de pesar, pelo falecimento do Ex-deputado da Assembleia Municipal Manuel Câncio Vieira da Luz Gonçalves, falecido no dia dezassete de setembro de dois mil e quinze com setenta e oito anos, exercendo as funções de deputado municipal entre o período mil nove centos e noventa e mil nove centos e noventa e sete, com empenho e dedicação.» -----

----Colocado à votação, este voto de pesar foi aprovado por unanimidade.-----

----O deputado Gilberto Andrade também apresentou o voto de pesar, com o seguinte conteúdo: «Os membros do Partido Social Democrata (PSD) da Assembleia Municipal da Ribeira Brava propõem um sentido voto de pesar, pelo falecimento do Ex-deputado da Assembleia Municipal da Ribeira Brava Carlos Alberto Morgado Fernandes, de sessenta e seis anos, vítima de um crime violento e sórdido, de uma atrocidade humana nunca antes vivida no nosso concelho. Carlos Alberto Morgado Fernandes foi deputado da Assembleia Municipal da Ribeira Brava, entre o período janeiro de mil nove centos e noventa e oito e setembro de dois mil e cinco, com empenho e dedicação». -----

----Colocado à votação, este voto de pesar foi aprovado por unanimidade.-----

----O deputado Gilberto Andrade apresentou ainda, o voto de pesar, com o seguinte conteúdo: «O PPD/PSD apresenta um voto de pesar pelo falecimento de forma trágica de Maria Emília de Abreu, “Emilinha” como era carinhosamente tratada por todos os que a conheciam, mulher que dedicou a maior parte da sua vida a colaborar no trabalho social, quer como catequista durante mais de cinquenta anos e, ultimamente, nos Vicentinos, grupo que se dedica ao apoio de famílias com necessidades.» -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----Colocado à votação, este voto de pesar foi aprovado por unanimidade.-----

-----O deputado Gilberto Andrade do PSD, em declaração de voto, disse que embora a Sra. Emilinha não se enquadrasse no tipo de pessoas que normalmente são votadas em Assembleia para os votos de pesar, era uma pessoas simples, dedicada a causas religiosas, principalmente na freguesia do Campanário, mas também em todo o concelho.-----

----- O deputado João Gomes do PS, em declaração de voto, agradeceu o voto de pesar, enquanto familiar da Sra. Emilinha.-----

----- O senhor Presidente da Assembleia acolheu a sugestão apresentada pelo deputado independente Luís Drumond e foi efetuado um minuto de silêncio em memória destas pessoas falecidas pertencentes ao concelho da Ribeira Brava. -----

----- Ainda antes do período antes da ordem do dia, o deputado Marco Almas do PTP, disse que o primeiro minuto da sua intervenção seria efetuado em silêncio, em honra do Sr. Faustino, enquanto companheiro e colaborador do Clube Desportivo da Ribeira Brava, o qual foi seguido por todas as pessoas presentes na sala.---

----- O deputado Marco Almas do PTP questionou o senhor Presidente do Município, da seguinte forma: «já ouviu o executivo, já veio visitar o lar de S. Bento, certamente preocupado com os nossos idosos, fico feliz por ter essa preocupação, mas e as outras necessidades do Concelho? Para quando o início da nova escola? Para quando a abertura da marginal entre a Ribeira Brava e a Tabua, para quando uma solução definitiva e digna de todos os que frequentam ou venham a frequentar o Campo Municipal e não é só o relvado, os muros, a deficiente iluminação? Houve um lavar de cara no campo, tipo à gato, quando as pessoas pensavam que iria haver uma luz ao fundo do túnel, eis que o Campo Municipal serve para outra modalidade, jogos de guerra, aqui está a prova dos jogos, recolhida no dia seguinte, penso que o “ADN” presente já se deteriorou, mas contra fatos não existem argumentos, já falamos muito destes assuntos e a verdade é que ninguém faz nada. Quando é que vamos melhorar os nossos parques infantis, uma requalificação nas acessibilidades em alguns dos nossos passeios? Quando é que foram postas em práticas as já várias recomendações aqui aprovadas? Qual foi a resposta dada pelo Governo Regional quanto à realização da cerimónia de abertura dos Jogos escolares na Ribeira Brava? Para não falar das propostas aprovadas oriundas por parte do PSD. Mais uma questão, onde é que vai ficar situado o empreendimento, penso que se chama assim, “Brava Valley”? Em que espaço físico, no parque empresarial na Boa Morte?»-----

----- O senhor Presidente do Município prestou os seguintes esclarecimentos: relativamente à escola está contemplado no orçamento de 2016; quanto à marginal, alerta-se muito quanto ao valor necessário para essa abertura, uma vez que exige uma grande consolidação da escarpa, que conforme relatório do LREC representa



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

um grande perigo. O senhor Presidente do Município disse ainda que também defende a sua abertura, mas caso não haja condições de segurança para tal, não será aberta. Esclareceu também que quanto à solução do clube desportivo da Ribeira Brava, o atual campo não possui condições para a prática da modalidade e que a Câmara continua a aguardar decisão do Governo Regional e continua a alertar para isso. Quanto à melhoria dos parques infantis, informou que foi lançado esta semana na plataforma concurso para a melhoria do parque infantil no Campanário e na Ribeira Brava e prevê-se o início da sua reestruturação no início do próximo ano. O «Brava Valley» consiste na implementação de empresas na área da tecnologia no concelho, nomeadamente em espaço públicos. O Governo está a estudar as possíveis zonas de implementação no concelho, o que representa sempre uma mais-valia. Quanto às propostas de recomendação feitas à Câmara Municipal, as mesmas têm sido tomadas em conta, conforme é possível.-----

----- O deputado Marco Almas do PTP reformulou questão ao Senhor Presidente do Município, sobre a utilização do centro desportivo para a prática das modalidades existentes no concelho. -----

----- O senhor Presidente do Município informou que o centro desportivo pertence à Sociedade de Desenvolvimento e que a sua utilização implica o pagamento de rendas, enquanto o Governo não se decide sobre a construção da escola. Informou também que uma das contrapartidas efetuadas com a Sociedade de desenvolvimento foi a gestão de alguns parques e que o Clube Desportivo teve possibilidade de usufruir de alguns jogos no centro desportivo sem qualquer custo. -----

----- O deputado Gilberto Andrade do PSD apresentou a proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava, intitulada «Requalificação da Rua dos Dragoeiros», com o seguinte conteúdo: «A Rua dos Dragoeiros, apesar de não ser uma das principais artérias deste concelho, tem sido muito usada tanto por viaturas, como por peões, uns com sacos de compras, utentes do centro de Saúde, entre os quais alguns com dificuldades motoras, alunos, etc. Devido a atual realidade da dita rua (locais sem passeio, parquímetros, estacionamento irregular, falta de civismo por parte de alguns automobilistas, entre outros), os deputados municipais do PSD, vêm por este meio recomendar à Câmara Municipal que seja realizada uma intervenção na Rua dos Dragoeiros, nomeadamente: Criação de um passeio contínuo, eliminando se necessário espaço de parquímetros; e a Criação de mais uma ou duas travessias pedonais desde a Rua dos Dragoeiros até à Rua 6 de Maio, toda esta intervenção a ter início em frente ao Bar “O Patinhas”, até à esquina da Rua 1º de Julho. Estas obras contribuirão para uma maior, melhor e segura mobilidade de todos os utentes desta zona da vila da Ribeira Brava.»-----

----- O deputado Ilídio Almada do CDS disse que a proposta é benéfica, mas falta acrescentar a criação de zonas para moradores. Sugeriu que nestas zonas deveria ser colocada linha amarela, de forma a evitar abusos e excessos por parte dos outros cidadãos. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- O deputado independente Luís Drumond disse que a proposta tem sentido e que é fundamental rever o plano de mobilidade nomeadamente detetando e resolvendo situações como: paragens de autocarros onde não passa uma cadeira de rodas, espaços onde estão carros parados e as pessoas têm de passar pela estrada. Disse ainda que é necessário um plano estratégico para todo o concelho da Ribeira Brava e que é importante olhar para a sua visão global e a sua execução por fases, como por exemplo criar um corredor verde em articulação com a marginal.-----

----- O deputado Gilberto Andrade do PSD interveio dizendo que no meio do plano de mobilidade, sugerido pelo deputado independente Luís Drumond, é preciso haver prioridade dentro do planeamento. Referiu que a Rua do Dragoeiros é uma ligação importante entre o centro da Ribeira Brava e o Centro de saúde. -----

----- A deputada Adelina Rodrigues do CDS questionou o deputado Gilberto Andrade do PSD sobre se sabe quantos moradores daquela rua têm estacionamento e ao mesmo tempo recomendou ao executivo camarário que efetuasse primeiro esse levantamento. -----

----- O deputado Gilberto Andrade do PSD disse que o documento é uma proposta mas está aberto a outras recomendações. -----

----- Colocada à votação a proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava, Requalificação da Rua dos Dragoeiros, de iniciativa do grupo de deputados do PSD, foi aprovada por maioria, com sete abstenções, dos dois deputados independentes e cinco do PS. -----

----- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, justificou o seu voto favorável, dizendo que não é só aquela rua que é necessário intervir mas também existem outras ruas.-----

----- O deputado Luís Pestana do CDS, em declaração de voto, disse que votou a favor da proposta de recomendação, que não foi só feita pelo PSD mas também pelos outros partidos. -----

-----Os deputados municipais independentes Luís Drumond e Domingos Andrade apresentaram a «Proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava para adotar o conceito de orçamento participativo», com o seguinte conteúdo: «Mudar á Brava, Mudar a sério: Os deputados independentes da Assembleia Municipal da Ribeira Brava, vêm propor à Câmara Municipal da Ribeira Brava que adira ao conceito de ORÇAMENTO PARTICIPATIVO para o próximo ano, como meio de desenvolver os cidadãos nas decisões de aplicação do orçamento do seu Município, contribuindo deste modo para uma elevação da cidadania na política em geral, mas particularmente na política local. O conceito de orçamento participativo, não só desenvolve os cidadãos nas decisões autárquica, como também remete a decisão sobre a aplicação da parte determinada do orçamento para o cidadão, pelo que valoriza a participação cívica, e coresponsabiliza o cidadão pelas opções a tomar. O conceito de orçamento participativo, teve início no Brasil em Porto Alegre em 1989, tendo sido replicado por



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

todo o mundo, inclusive em Portugal, onde em 2002, se iniciou esta experiência autárquica, envolvendo presentemente mais de uma centena de projetos concretizados, em pequenas, médias e grandes autarquias, maioritariamente Municípios, mas também em algumas Juntas de Freguesia. Na RAM, o Funchal já adotou o orçamento participativo em 2015, tendo levado a votação 27 projetos, e já concretizado no terreno 1 projeto, onde todos os cidadãos com idade superior a 15 anos puderam votar, sendo este também um dado novo de educação para a cidadania, onde a responsabilização e participação, antecede a convencional maioridade. Em média, de 1 a 5 % do orçamento de investimento desse mesmo município é afetada para as decisões do orçamento participativo. Neste contexto, o propósito desta iniciativa dos deputados independentes da Assembleia municipal de Ribeira Brava é envolver e valorizar os cidadãos do Concelho nas decisões e execuções de âmbito autárquico, para Mudar à Brava, Mudar a sério».

---- O deputado independente Luís Drumond disse que é um passo importante adotar o orçamento participativo, onde uma pequena fatia do orçamento da autarquia será definida pela população. É uma forma de atrair a juventude do concelho a participar nas decisões do concelho e simultaneamente são decisões que tem de ser levadas a cabo pelo executivo e que não podem ser alteradas. Disse que na região, apenas a Câmara Municipal do Funchal é que aderiu.

---- O deputado Gilberto Andrade do PSD disse que possivelmente não é a melhor altura para implementar esta medida, pois é necessário criar um regulamento para este orçamento participativo, bem como ter em conta a questão cultural do concelho, onde nem todas as decisões da população poderão vir a ser executadas.

---- O senhor Presidente do Município esclareceu que para o pôr em prática é necessário criar um regulamento, definir uma percentagem do orçamento para este fim e para tal seria necessário ter mais tempo para analisar. Disse também que o programa apresentado pelo PPD na altura das eleições foi votado pela população.

---- Colocada à votação a «Proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava para adotar o conceito de orçamento participativo», de iniciativa dos deputados independentes Luís Drumond e Domingos Andrade, foi chumbada, face ao empate na votação, com doze votos contra do PSD e doze votos favoráveis: cinco do PS, quatro do CDS, um do PTP e dos dois deputados independentes e uma abstenção do CDS, o qual prevaleceu o Voto de Qualidade do presidente da Mesa, que votou contra.

---- O deputado Gilberto Andrade do PSD, em declaração de voto, referiu que existem despesas que estão assumidas pela autarquia e que não será a melhor altura para aplicar esta medida.

---- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, disse que votou a favor, pois foi umas das propostas já apresentadas por si e que era bom haver um orçamento participativo, pois obrigaria à participação dos cidadãos, em detrimento apenas das críticas que fazem.



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- O deputado Fábio Santos do PS, em declaração de voto, disse que esta proposta é apenas uma recomendação e que se é para o executivo apenas pagar dívidas, então nunca vai ser possível fazer nada no concelho. -----

----- A deputada Adelina Rodrigues do CDS, em declaração de voto, disse que votou favoravelmente por achar que é importante uma parte do orçamento permitir dar voz á população que nos elegeu.-----

----- O deputado Luís Pestana do CDS felicitou a mesa pela tomada de posse na última assembleia e agradeceu ao «Sr. Presidente do executivo, as respostas ao pedido de esclarecimentos solicitado no que refere à campanha “consultórios veterinários da Ribeira Brava e da Calheta Solidários”». Disse que «após uma leitura atenta e cuidada fiquei perplexo com algumas considerações proferidas neste documento e que gostaria de partilhar nesta assembleia. Em primeiro lugar denota-se que o Sr. Presidente tem um conhecimento considerável em matéria de animais de pecuária pois está preocupado, e bem a meu ver, como é feita a clínica nestas espécies, todavia coloca em questão a atuação dos profissionais desta área, o que me parece no mínimo leviano, ao passo que no que concerne aos animais de companhia, cães e gatos, isso não acontece e como tal “transcreve as palavras de um Sr. médico veterinário Fernando. Só por aqui, acho que, há já uma incongruência. Em segundo lugar os animais parecem que vivem em média 7 anos segundo o que apurei nesta leitura das suas respostas! Passo a citar: “a obrigatoriedade de identificação eletrónica de TODOS os cães, entre os 3 e 6 meses de idade, nascidos após o dia 1 de julho de 2008, logo e fazendo contas, os cães nascidos nesta altura têm agora 7 anos de idade. Tendo em consideração que os canídeos não apresentam uma esperança média de vida muito longa, os cães encontram-se, na sua maioria com obrigatoriedade de identificação”. Em que terra e em que bibliografia isso consta? Deve ser a opinião daqueles que são mais “despreparados tecnicamente”! Em terceiro lugar, parece-me algo negligente não a medir as consequências de um programa RED pois é daquilo, que de maneira “camuflada,” pretende fazer ao esterilizar e recolocar na rua! “ a médio e longo prazo” pois a curto prazo não há nenhuma medida para o problema dos animais errantes do concelho! Como disse e bem “andam à mercê da sua própria sorte”, “ é estimado por todos, no entanto não é de ninguém”, a parte da vacinação antirrábica e microchip aqui parece não existir, muito menos a “promoção do bem-estar e controlo da população animal do município” para não falar em questões de segurança rodoviária e pública, disseminação de doenças infectocontagiosas e zoonoses. Segundo a legislação em vigor nacional a recolha de um animal errante é da responsabilidade municipal então como vamos voltar a recoloca-lo na rua? Dado ao elevado número de animais errantes e tendo em conta que a RAM é uma ilha turística, deveria ser avaliado, também, o impacto da recolocação desses mesmos animais de modo a preservar o tão conhecido cartaz turístico da nossa ilha. “ Não querem coloca-los num canil, porque afeiçoam-se aos bichos e sabem que eles não serão felizes trancados em jaulas” pois bem Sr. Presidente é que nem canil nós temos! Muito menos médico veterinário municipal e pelo



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

AR
EALM
2015

que vai ocorrendo na Assembleia Legislativa da Madeira parece que o único partido com os “pés assentes na terra” sobre esta matéria é o CDS-PP. Ora pois bem, esta opção não é válida nem legalmente, nem moralmente, nem eticamente e nem nunca será para quem é mais “preparado tecnicamente” inclusive para quem trabalha neste ramo quer seja no sector público ou privado. Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados, isto só demonstra mais uma vez, que nem “tudo foi preparado e planeado devidamente”. Para finalizar e em termos de conclusão, continuamos a perceber que realmente esta campanha está cheia de contradições e que de certa forma não passa de um plágio, em parte, daquilo que o CDS-PP Ribeira Brava desde o primeiro momento deste mandato tem vindo a se debater, coisa que até hoje tem sido esquecida mesmo por aqueles que, desde há muito tempo, trabalham neste ramo e nesta área geográfica da ilha.»-----

-----O período da Ordem do Dia teve início às dezasseis horas e cinquenta minutos.-----

-----**Ponto Um** – Informação escrita do senhor Presidente da Câmara e situação financeira, em conformidade com o artigo vinte e cinco, número dois alínea c, da lei setenta e cinco de dois mil e treze.-----

----- O Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Nascimento, referiu que a atividade do município tem abrangido várias áreas realçando a continuação do acompanhamento e encaminhamento de vários casos com necessidades sociais, apoio do transporte dos utentes do IHM e Juntas de freguesia para a atribuição de Projetos de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID), trabalho em parceria com a ADBrava para a entrega de telhas no âmbito da recuperação de habitações, com base nos valores protocolados entre a câmara e a associação; apoio na atribuição de materiais para reconstrução de habitação; parceria com a Segurança Social e com a Comissão de Proteção de Menores para a resolução de problemas sociais; envio de ofícios às empresas Águas e Resíduos da Madeira (ARM) e Empresa da Eletricidade da Madeira (EEM), no âmbito da proposta de recomendação aprovada na última assembleia. Sobre este assunto o presidente informou que numa reunião entre a ARM e a Câmara, a presidente do concelho de administração afirmou que já se encontravam a criar uma alteração ao regulamento para fazer face a estas situações. A nível da educação, acrescentou que está a ser efetuados trabalhos de recuperação em escolas, organização dos transportes dos alunos do primeiro ciclo, planeamento dos transportes da natação para o terceiro e quarto anos, transporte de alunos da escola secundária para a associação «Crescer sem Riscos» onde terão apoio psicológico e acompanhamento de estudo, atribuição de nove bandeiras da Eco escolas, apoio a transporte para visitas de estudo, aumento dos valores das bolsas de estudo para trezentos euros a atribuir a alunos universitários, assinatura de protocolo com a Universidade da Madeira e a Empresa ACIN para entrega de bolsas de estudo a alunos que estão a estudar nesta universidade. A nível do MAD catorze-vinte, início de planos para as candidaturas, pelo que abrimos concurso para aquisição de serviços para a realização do PEDU (Plano Estratégico de desenvolvimento Urbano) para o concelho, em que inclui: áreas de Reabilitação Urbana; plano de identificação das comunidades desfavorecidas



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

(social) - Permitindo a regeneração, física/económica e social, das famílias desfavorecidas do concelho, plano de mobilidade (Transportes Públicos, Automóveis, Pesados, Acessibilidade, Mobilidade Reduzida; abertura de concurso para plano estratégico de desenvolvimento, plano de mobilidade, plano social e regeneração física e social de famílias desfavorecidas, manutenção de zonas de interesse turístico, estamos numa fase de conclusão do levantamento de zonas de interesse turístico para posteriores candidaturas para obras de recuperação, lançamento de contratos para projetos de caminhos agrícolas. Informou ainda que o executivo está numa fase final de trabalho de quatro regulamentos: Regulamento de Urbanização (Alteração); Regulamento de Licenciamento Zero e Regulamento de Taxas (Alteração), onde estamos a tentar cobrar taxas especiais para taxas; Regulamento Municipal das viaturas abandonadas, que neste momento encontra-se no nosso Gabinete Jurídico para apreciação, bem como informou sobre a planificação de atividades de Natal, a realização de um simulacro da Proteção Civil no dia dez de Dezembro, e que dia quinze haverá concerto da Banda Militar da Madeira alusivo ao Natal, na Igreja Matriz da Ribeira Brava, pelas vinte horas.-----

---- A deputada Adelina Rodrigues do CDS, no plano da mobilidade, pediu esclarecimento sobre três casos, de pessoas com mobilidade reduzida: Celso Jesus na Tabua, outro no Moreno e outro no Pomar da Rocha. Perguntou se o executivo tem conhecimento dos casos e se fez algum levantamento dos casos existentes no concelho.-----

---- O senhor vereador Marcelino Pereira referiu que não tem conhecimento do caso do Pomar da Rocha, tem sim conhecimento do caso do Sr. Celso Jesus e que a ponte que liga o caminho até à sua casa está dependente da Lei de Meios. No caso do Moreno, já tem a estrada e falta fazer a rampa de acesso à habitação que será da responsabilidade do munícipe.-----

---- O deputado socialista João Gomes referiu que «acerca de ano e meio, numa reunião da Assembleia Municipal, foi feita uma recomendação para que o executivo desta Câmara intercede-se junto do Governo Regional para melhorar a pavimentação das estradas deste concelho e que na pretérita reunião foi novamente feito o alerta, sendo referido na altura, que este assunto já estava em execução nas estradas mais degradadas.» Após esta apresentação questionou o Presidente da Câmara sobre «o que fora feito desde então, onde é que estavam a ser feitos esses melhoramentos e para quando a sua continuidade, visto que não eram visíveis quaisquer obras neste momento.»-----

----O Presidente da Câmara Municipal disse que de momento, o Governo não está a fazer nenhuma intervenção.-----

---- De seguida, o mesmo deputado solicitou esclarecimentos acerca do plano de mobilidade a ser aplicado, nomeadamente a nível de sinalética rodoviária e alterações realizadas recentemente.-----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

JR
e Almas

----- O edil esclareceu que algumas alterações feitas na sinalética são momentâneas, enquanto duram as obras na Rua Comandante Camacho de Freitas. -----

----- O deputado Marco Almas do PTP disse que abaixo da escola da Corujeira existem uns degraus que foram construídos mas que falta um corrimão e questionou se os apoios dados a quem estuda na universidade aplicam-se apenas a quem estuda na Madeira ou também aos que estão fora da região. Pediu ainda sensibilização para a intervenção do senhor presidente, junto do seu homólogo de Câmara de Lobos, sobre um caso especial da menina Letícia, com necessidades especiais, que é deficiente e que não pode sair de casa, residente na Quinta Grande. -----

----- O Presidente do Município informou que o apoio é para todos os alunos universitários do concelho.-----

----- O deputado independente Domingos Andrade solicitou esclarecimentos sobre: quando será concluída a obra na estrada da Cova da Velha, para quando a praceta do Lugar da Serra, para quando a conclusão da paragem de autocarros do Lugar da Serra, que atividades de Natal tem planeado para o Lugar da Serra; e sobre o IMI familiar, pergunta qual é a sua redução. Referiu ainda que sobre a festa da castanha esta não foi mencionada no site da Câmara. -----

----- O Presidente do Município respondeu que as obras da estrada da Cova da Velha ficam prontas até meados de Janeiro, em relação à praceta do Lugar da Serra está a ser ponderada a possibilidade de aquisição de terreno, em relação à paragem, já foi feita uma mas foi fechada pelos munícipes e em relação ao IMI a sua redução é automática quando o cidadão faz o IRS. Em relação à festa da castanha foi um lapso, mas foi colocada no facebook.-----

----- O deputado Ilídio Almada do CDS solicitou esclarecimentos ao Presidente do Município sobre o corte das árvores e se os donos das árvores para as irem buscar têm de pagar. Questionou também se a obra do campo foi «dado» a um amigo, bem como quais as obras realizadas na escola de São João, alertando para um tubo que está a derramar e para as fechaduras que estão por reparar há mais de doze anos. -----

----- O senhor Presidente do Município esclareceu que «se fosse a ligar a todas as coscuvilhices não fazia nada». Informou que a Câmara Municipal interveio no jardim junto ao campo municipal, tendo sido solicitado orçamento para colocar tapete de relva com um custo inicial de oito mil euros. Devido a este valor ser elevado, a autarquia optou por colocar relva de estaca, por ser mais económica, tendo para esta intervenção considerada a melhor proposta para aluguer de máquinas, com base no custo/hora/máquina, e que foi concedida à empresa Nascimento e Nascimento, com um custo de quatro mil euros. Relativamente à escola de São João, foi feita intervenção nos balneários e a autarquia está atualmente a aguardar adjudicação para colocar as fechaduras.--

----- O senhor Vereador Marcelino Pereira esclareceu sobre o processo da Ribeira Funda referindo que as



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

peessoas manifestaram preocupação sobre o estado da estrada, com pedras em risco de cair. Disse que foi efetuado um levantamento por um funcionário da câmara e um da GNR, sobre a zona para cortar aos eucaliptos, de forma a evitar risco para as pessoas e que de forma a garantir segurança para a população, a Câmara optou por cortar os eucaliptos e que até à data apenas um dono apareceu a reclamar sobre os eucaliptos.-----

----- O deputado Ilídio Almada do CDS alertou para a necessidade de repavimentar o campo da escola de São João.-----

----- O senhor Presidente do Município disse que as necessidades das escolas são tratadas conforme a informação prestadas pelo diretor e pela delegação escolar, bem como a disponibilidade financeira da autarquia.-

----- O deputado independente Luís Drumond interveio dizendo que na sequência do trágico acidente no Campanário, a senhora Virgília, aqui presente na sala, ficou afetada, ficando sem os seus terrenos. Disse que a câmara atendeu a senhora e responsabilizou-se em ajudá-la, sugerindo a sua candidatura a um projeto com financiamento a vinte e cinco por cento. O deputado mencionou que a senhora em questão vive só e da agricultura que cultiva, não tendo outros rendimentos, e questionou o presidente da câmara sobre qual a medida de apoio que o município quer atribuir para diminuir a lesão desta senhora. Acrescentou que, conforme consta de uma ata da reunião de câmara, foi dado apoio avulso a uma associação que levou a que vereadores prestassem contas no tribunal. -----

----- O senhor presidente do Município disse que a Câmara colaborou nesta situação, com a recuperação das levadas de rega para manter as árvores que ainda estavam em bom estado e que a Câmara contactou a Secretaria Regional da Agricultura que se responsabilizou em oferecer as bananeiras e não a Câmara. O Presidente Ricardo Nascimento disse também que recomendou a senhora Virgília a contactar a Segurança Social, para solicitar outro apoio e que é necessário responsabilizar os donos dos tanques de rega. Quanto aos pequenos projetos, existem determinadas especialidades para as quais os engenheiros e arquitetos não tem competência para avançar e por este motivo não é possível a câmara avançar.-----

----- O deputado independente Luís Drumond proferiu que a «Câmara lavou as mãos no caso desta senhora» e que se as máquinas do município entraram no terreno da senhora, então tem coresponsabilidade sobre esta situação. Questionou o senhor Presidente do Município sobre quantos projetos foram aprovados após a aprovação do PDM, após tanta urgência na sua aprovação. Disse ainda que atualmente só se fala na ACIN e que o Mata está fechado. -----

----- O senhor presidente do Município disse que de momento não sabe precisar o número de projetos aprovados mas é possível averiguar e que foi aprovada há poucos dias uma unidade de turismo rural no Campanário. Disse



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

ainda que o senhor deputado Luís Drumond está traumatizado sobre um PDM que rejeitou e que está aprovado e está bom.-----

----- O deputado independente Domingos Andrade solicitou esclarecimento ao Presidente da Câmara Municipal sobre a futura e prometida praceta do Lugar da serra, perguntando e visto que para 2016 não existe verba disponível, para, projeto, construção ou expropriação dos terrenos, mas que no orçamento de 2016, existe uma rubrica de cento e vinte e cinco mil euros, se durante o próximo ano e atendendo que o Senhor Presidente afirmara já ter iniciado conversações com o herdeiro do terreno em vista, seria possível enquadrar esse valor nessa rubrica e referiu ainda sobre a festa da castanha que «fiquei estupefacto» por os funcionários da câmara não saberem onde era o espaço da festa.-----

----- O senhor presidente da Câmara informou que o orçamento não contempla a expropriação dos terrenos e que a festa da castanha realizou-se em terreno privado.-----

----- O senhor vereador Marcelino Pereira esclareceu que só às dezoito horas e quarenta e cinco minutos é que receberam confirmação que o proprietário dos terrenos autorizava a festa na sua propriedade.-----

----- O deputado Marco Almas do PTP sugeriu a discussão dos **pontos dois, três, quatro e cinco** em conjunto e votação em separado.-----

----- O presidente da Assembleia pôs à consideração dos deputados e a sugestão foi aceite por todos.-----

----- O senhor Presidente do Município disse que o orçamento para o ano de dois mil e dezasseis está estimado em nove milhões, setecentos e noventa e cinco mil e cinquenta e nove euros. Quanto às receitas e ao fundo de equilíbrio financeiro, as mesmas foram definidas de acordo com o POCAL e a previsão mantém-se na mesma estimada para o ano de dois mil e quinze, devido à Lei do Orçamento de Estado para o ano de dois mil e dezasseis ainda não estar aprovada, fruto da indigitação do novo Governo; disse que cerca de vinte por cento do orçamento é de despesa com pessoal, e vinte por cento com aquisição de bens e serviços bem como quase dois milhões serão aplicados nos encargos com a dívida e três milhões e setecentos mil euros em investimento. Relativamente ao plano de atividades, a Câmara vai continuar com o apoio às associações e instituições do concelho, apoio às juntas de freguesia com sessenta mil euros, com a atribuição de bolsas de estudo, com o apoio aos manuais do primeiro ciclo e vai continuar a contribuir com os eventos realizados no concelho, nomeadamente na semana do concelho, em Maio, Feira do Campanário, Festa de São Pedro, Rampa, Feira do Petisco. Referiu ainda que a Câmara prevê candidatar-se para recuperar a praceta do Bom Despacho, reabilitação de algumas zonas debilitadas, no levantamento efetuado sobre as zonas de interesse turístico no concelho, reabilitação de parques infantis, bem como prevê a substituição das lâmpadas com maior custo, por lâmpadas Leds. A nível do mapa de pessoal, e devido à orgânica da Câmara, o executivo propõe a possibilidade



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

de abertura de três vagas de assistente operacional, para as áreas de limpeza urbana e rural, obras municipais e um encarregado geral na parte de todas as obras de rua. Informou ainda que tudo o resto se mantém igual, tendo já sido solicitado parecer prévio para a autorização para a abertura do concurso das vagas técnicas. O senhor presidente do Município disse que o orçamento foi aprovado em reunião de câmara com dois votos contra e uma abstenção. -----

----- O deputado independente Luís Drumond solicitou esclarecimento sobre a ata número dezanove de dois mil e quinze, na qual é referido que haveria reunião com o Governo sobre os caminhos agrícolas e questiona sobre a materialização destes caminhos, bem como as seguintes questões: sobre o caminho da Igreja orçamentado em duzentos e vinte mil euros, face a este valor significativo o que é que se pretende fazer; existe uma rubrica no orçamento designada «Lazer Ribeira Brava», no valor de setenta mil euros, esta rubrica apenas se aplica à Ribeira Brava ou a outras zonas; e questiona ainda sobre o valor orçamentado para a festa de São Pedro.-----

----- O senhor presidente do Município esclareceu que a nível dos caminhos agrícolas a Câmara reuniu com o Senhor Secretário da Agricultura, o qual foi informado que ainda não tem valores definidos no PODRAM e que a Câmara candidatou-se a dois caminhos em Campanário e dois na Tabua que foram rejeitados por falta de saldo disponível. Informou que a rubrica de setenta mil euros é para o concelho e não para a Ribeira Brava; a festa de São Pedro na prática implica um custo de vinte mil euros face às receitas recebidas e que se trata de um arraial regional e não apenas local. Quanto à Festa da Castanha esclareceu que a câmara disponibilizou transporte com condutor e conta da luz, e quanto à Feira do Campanário foi apoiado com luz e policiamento e a Câmara não recebeu qualquer taxa nem receita associada ao evento. -----

----- O deputado independente Luís Drumond reformulou a questão sobre o valor orçamentado para o caminho da Igreja e o que se pretende fazer. Alertou para o facto de serem feitas obras na Ribeira Brava, Tabua e Serra Água mas para o Campanário nada é feito. Disse ainda que a festa da Castanha não implica grandes gastos com luz que no ano passado teve um custo de vinte euros. Quanto à Feira do Campanário, a Associação do Campanário suporta muitos custos inerentes ao evento e não a Câmara, enquanto noutros locais a autarquia suporta custos com a banda, policiamento, entre outros. O deputado sugeriu ao executivo camarário a criação de um regulamento para a distribuição dos apoios nos diversos eventos.-----

----- O senhor presidente do Município disse que quando assumiu o cargo havia associações que recebiam meio milhão de euros e outras que não recebiam nada, e que no ano de dois mil e treze não houve hipóteses de apoiar mas nos anos de dois mil e catorze e quinze houve essa possibilidade e foi o que foi feito pela autarquia. Mencionou ainda que num evento a despesa não é só uma aquisição de serviços mas também existem outros como a gasolina, a manutenção de transporte... No ano passado foi feito um maior investimento no arraial de São Pedro que se repercutiu num contentamento geral da população mas também numa maior receita para o



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

concelho. Disse que quem organiza a Festa da castanha é a Associação, que já recebe fundos nessa área e que nem todos os eventos podem ser apoiados da mesma forma. -----

----- Foi efetuado um intervalo de trinta minutos, tendo a ordem de trabalhos sido retomada às dezanove horas.-

----- O deputado Marco Almas do PTP referiu que «este relatório do plano e orçamento é bem claro. Começa por revelar ser um documento de continuidade. E o que na verdade, significa esta continuidade?! Pouco investimento e prioridades invertidas: estradas esburacadas, veredas desprotegidas, falta de saneamento básico, falta de transportes escolares – estamos perante a prova viva, preto no branco – da execução de políticas de costas voltadas para as populações do nosso concelho. E a prepotência e deslante é de tal ordem, que no relatório diz que é intenção da Câmara, canalizar os seus esforços para a dinamização de atividades de caráter festivo. Vejamos só ao ponto que chegamos! Então Caros senhores, não se espantem quando alguém chegar à Câmara e perguntar onde pode tratar de um requerimento para ligação de saneamento básico e ouvir os funcionários dizer que ali não tratam disso. A Câmara, atualmente, só aceita requerimentos para as barracas festivas já que não têm poder para tratar da água e saneamento básico. Sendo assim, não me resta outra alternativa senão reduzir e apelidar este executivo camarário a um mero organizador de festas. Porque é disto que se trata. De um completo desrespeito por aquelas que deveriam ser as verdadeiras competências da nossa Câmara Municipal da Ribeira Brava, resolver e atender as necessidades das populações.»-----

----- O deputado Marco Almas do PTP questionou ainda sobre «se no respetivo mapa, as funções descritas são as exercidas, desde administrativos, condutores, jardineiros? Já está resolvido o problema sobre a carreira dos funcionários?»-----

-----Colocada à votação, a proposta de Orçamento para o ano de dois mil e dezasseis, foi aprovada por maioria, registando seis votos contra do PS e PTP e sete abstenções do PP e dos dois deputados independentes.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, disse que votou contra, porque «este é um orçamento de calças na mão, pagar dívidas de gestão anterior danosa, sem que o investimento necessário às melhorias de condição de vida e às necessidades dos Municípios é tido em conta.»-----

----- A deputada Adelina Rodrigues do CDS/PP, em declaração de voto, afirmou que o “CDS abstém-se por considerar que face aos orçamentos dos anos anteriores o orçamento para o ano de dois mil e dezasseis é mais realista, sem os empolamentos das receitas que caracterizaram os orçamentos anteriores. No entanto fica aquém das expectativas em termos e apoio social às famílias. Apesar de terem sido aprovadas propostas, da iniciativa do CDS, que apoiam as famílias e os idosos, o Orçamento para o ano de dois mil e dezasseis deveria aprofundar o apoio social e criar um pacote de medidas camarárias ao nível do apoio às famílias numerosas, às famílias e indivíduos carenciados e de incentivos ao aumento a taxa de natalidade no concelho. É importante



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

referir que a bancada do CDS não teve acesso aos estudos que fazem os cálculos das receitas previsionais e tem por princípio confiar nos serviços técnicos municipais que atestaram que a proposta do Orçamento para o ano de dois mil e dezasseis cumpre com a lei e com o POCAL em particular e que acata todas as recomendações da Secção Regional do Tribunal de Contas.-----

----Colocada à votação, a proposta do Plano Plurianual de Investimentos para o ano de dois mil e dezasseis, foi aprovado por maioria, registando sete votos contra do PS e dos dois deputados independentes, e seis abstenções do PP e PTP.-----

---- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, justificou a sua abstenção, dizendo que «todos os investimentos são benéficos, existem outras prioridades que não estão contempladas, no próprio relatório diz que é de continuidade, no ano passado, nenhuma das obras foi feita, o executivo ao planear tem de ser realista e cumprir aquilo a que se propôs.» -----

----Colocada à votação, a proposta Plano de Atividades para o ano de dois mil e dezasseis, foi aprovada por maioria, registando três abstenções do PTP e dos dois deputados independentes.-----

---- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, explicou a sua abstenção, referindo que «entendo que as festas muitas das vezes para dar continuidade à tradição, mas onde fica a área social, as medidas de apoio à pobreza, ao desemprego. A Câmara não pode ser uma espécie de massagista, uma massagem e deixa andar, é preciso ir ao fundo das questões, felizmente no nosso Concelho existem Associações que prestam alguns serviços, mas a Câmara não pode delegar essa responsabilidade, e ser apenas uma espécie de comissão de festas»-----

----Colocada à votação, a proposta do Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e dezasseis, foi aprovada por maioria, registando cinco votos contra do PS e três abstenções do PTP e dos dois deputados independentes. ---

---- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, justificou o seu voto de abstenção dizendo que «apesar do Plano de Saneamento Financeiro não permitir a contratação de novos funcionários, tenho dúvidas se este mapa é realista, não tenho a certeza, mas havendo a Câmara recorrendo a prestação de serviços por parte de empresas externas, quando alguns poderiam ser feitos pelos próprios funcionários da Câmara»-----

---- **Ponto seis** - Discussão e aprovação do Relatório Final referente ao período de discussão pública da proposta de “Projeto de Relevante Interesse Municipal”, apresentado pela Acin Incloud Solutions, Lda e Data Rede, S.A.-

---- O deputado independente Luís Drumond interpelou a mesa, dizendo que o deveríamos aprovar é o projeto e não o relatório final, que é da competência da Câmara.-----

---- O senhor presidente da Assembleia informou que este ponto da ordem de trabalhos é discussão e aprovação



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

do “Projeto de Relevante Interesse Municipal”, retirando da nomenclatura do ponto as palavras “Relatório Final”.

----- O senhor Presidente do Município disse que a empresa pretende que a obra seja enquadrada como Projeto de Relevante Interesse Municipal, dado a sua dimensão e importância para o concelho da Ribeira Brava. Informou que esta proposta esteve sob consulta pública durante trinta dias, não havendo qualquer participação pública.

----- O deputado Marco Almas do PTP disse que «todo o investimento será bem-vindo ao nosso Concelho, acho que todos estão de acordo, os pesos e as medidas terão de ser iguais para todos, acho importante um investidor de um milhão de euros como um investidor de cem mil euros, certamente nenhum dos dois fará as obras sozinho, irão contratar alguém para executar os trabalhos. Neste caso acho até que o edifício será um dos mais bonitos do País, claro que o mais bonito é o Estádio da Luz. Agora depois de toda esta perdoem-me a expressão telenovela, não sei como é que fica o Sr. Presidente da Câmara, aquando da isenção de taxas, feita nas costas da Assembleia, o Sr. Presidente tal como agora remeteu a um período de discussão pública e remeteu à Assembleia Municipal o mesmo deveria ter sido feito à isenção de taxas e acho até que seria aprovada na mesma, a partir do momento que o Sr. Presidente chama a si a responsabilidade juntamente com quem o seguiu acho que não foi a melhor opção tomada pela sua parte.»

----- Colocada à votação, a proposta “Projeto de Relevante Interesse Municipal” foi aprovada por maioria, com uma abstenção do PTP.

----- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, disse que absteve-se, justificando que «elogia a capacidade de quem quer que seja que tenha sucesso e fico feliz por todos esses, através do esforço, trabalho e transparência serão sempre premiados, outros caminhos que na minha opinião não sejam estes, mancharão a imagem por mais que seja o sucesso obtido.»

----- **Ponto sete** - Discussão e votação dos representantes da Assembleia Municipal da Ribeira Brava na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho da Ribeira Brava.

----- O senhor presidente da Assembleia informou que apenas existia uma proposta apresentada pelo PSD, a qual a Sra. Lídia Abreu, como representante para a referida comissão. Disse também que a Sra. Lídia Abreu é assistente social de profissão, já trabalhou na comissão restrita e face à sua experiência, é benéfica a sua eleição para esta comissão.

----- Após votação por escrutínio secreto, foi eleita a Sra. Lídia Abreu, como representante da Assembleia Municipal da Ribeira Brava na referida Comissão, registando vinte e um votos a favor e quatro contra.



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- **Ponto oito** - Apresentação, discussão e votação da “Proposta de Resolução Património Municipal do Concelho da Ribeira Brava”-----

----- O deputado Gilberto Andrade do PSD referiu que o PSD não concorda com a proposta porque a câmara já tem todo o património municipal documentado.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS pediu esclarecimento ao executivo sobre se todos os edifícios estão inventariados e quais os espaços que estão alugados ou cedidos.-----

----- O deputado Marco das Almas do PTP solicitou ao executivo a listagem dos edifícios inventariados.-----

----- O senhor Presidente da Câmara referiu que já tem a listagem dos edifícios pronta.-----

----- A deputada Adelina Rodrigues do CDS perguntou ao deputado Marco das Almas do PTP para que serve esta proposta.-----

----- O deputado Marco das Almas do PTP referiu que a proposta é necessária para que os munícipes saibam da situação do património Municipal.-----

----- Colocada à votação, a “Proposta de Resolução Património Municipal do Concelho da Ribeira Brava” foi chumbada com doze votos contra do PSD e duas abstenções do CDS.-----

----- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, justificou o seu voto favorável dizendo «acho que todos os Municípios e Munícipes tem de ter conhecimento do seu património e como está na moda e acho de salutar apresentar projetos para o nosso concelho, quem sabe se com este “know how” o Concelho só poderá melhorar e servir melhor as populações, dando melhor utilidade aos espaços e até quem sabe se a própria autarquia aproveitará esses espaços para os seus serviços em vez de arrendar espaços para os mesmos.» -----

----- **Ponto nove** - Discussão e votação da Proposta “Verba para aquisição de equipamento de áudio”.-----

----- O deputado Marco Almas do PTP disse que face à maior afluência e participação, o sistema de áudio viriam a ajudar e a facilitar os trabalhos. -----

-----O deputado Gilberto Andrade do PSD referiu que nunca houve uma recusa sobre qualquer alteração solicitada para realizar na ata e que qualquer deputado que pretenda a sua transcrição na íntegra, poderá fazê-lo por escrito.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS, em declaração de voto, disse que esta proposta vai ao encontro para clarificar os lapsos que possam existir e que o senhor deputado Gilberto não está a ser cooperante, face ao trabalho de quem redige a ata.-----

----- A deputada Adelina Rodrigues do CDS referiu que esta proposta vem de encontro áquilo que outras Câmaras já utilizam, como exemplo a Câmara do Funchal. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- O deputado independente Luís Drumond disse que fazer uma ata é uma tarefa espinhosa e que o que é relevante para cada um é subjetivo. O sistema áudio só vem clarificar, tal como se faz por exemplo na assembleia legislativa.-----

----- Colocada à votação, a proposta “Verba para aquisição de equipamento de áudio” foi aprovada por maioria, registando os votos contra do PSD e os votos favoráveis do PS, CDS, PTP e dos dois deputados independentes.-

----- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, disse que votou favoravelmente, justificando que «esta proposta, não menosprezando o trabalho que considero difícil feito pela mesa, de redigir as atas, só irá ajudar quem efetua esse trabalho, para além de ser um registo mais fiel daquilo que se diz, no meu caso as ironias terão de ser menos talvez.» -----

----- O deputado João Abreu do PS, em declaração de voto, disse ser uma excelente ideia, pois as interpretações são diferentes, e em caso de dúvida, é mais fácil confirmar. -----

----- O deputado Gilberto Andrade do PSD, em declaração de voto, disse que com o sistema de áudio faz com que se uma assembleia durar seis horas significa que quem faz a ata terá de ouvir a dobrar tudo aquilo que foi dito.-----

----- O deputado Luís Pestana do CDS, em declaração de voto, disse que esta proposta vai de encontro a clarificar os lapsos que possam existir e que o senhor deputado Gilberto está a ser incoerente, face ao trabalho de quem redige a ata.-----

----- **Ponto dez** - Discussão e votação da Proposta de Recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava intitulada “Cartão Municipal de Família Numerosa”.-----

----- O deputado Ilídio Almada do CDS-PP salientou que a proposta é benéfica para todas as famílias e sensibilizou para a sua aprovação. -----

----- O deputado independente Luís Drumond referiu que esta proposta já foi apresentada há um ano atrás pelo CDS e foi chumbada, referindo que há coisas possíveis de executar e outras não. Disse que, pela hierarquia só tem eficácia externa se aprovada pela Câmara, e visto que proposta já foi chumbada, estão a fazer aproveitamento político. -----

----- A deputada Adelina Rodrigues do CDS-PP afirmou que a proposta foi reformulada e que são sugestões, devendo o executivo trabalhar as propostas.-----

----- O deputado Gilberto Andrade do PSD interveio referindo que a câmara já aumentou a bolsa de estudo e ajudou nos livros escolares. Alertou ainda para o conceito de família numerosa, que não serão apenas os filhos, existindo agregados com outros familiares dependentes.-----

----- Colocada à votação, a proposta de Recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava intitulada “Cartão



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Municipal de Família Numerosa” foi chumbada, registando os votos contra do PSD e oito abstenções do PS, PTP e dos dois deputados independentes.-----

----- O deputado Fábio Santos do PS, em declaração de voto, disse que o tem sido sempre debatido na assembleia é sempre as famílias numerosas, e que já existem diversas instituições, as juntas de freguesia, a Câmara e por exemplo a ADBRAVA, que tratam destes casos e incentivam à solidariedade da população.-----

----- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, referiu que «até concorda com estas medidas e seriam benéficas, mas acho que esta proposta deveria vir com um regulamento, quem sabe se o PSD e o CDS, não poderiam trabalhar em conjunto e melhorá-la, de que verbas sairá do orçamento, quem suportará os custos com as entidades privadas? Uma medida excelente, tarifas da água, quem tem a gestão da mesma? Então deveria ser proposto para a mesma voltar ao Município primeiro e depois adotar esta medida.»-----

----- **Ponto onze** - Discussão e votação da Proposta de Recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava intitulada “Fundo Municipal de Apoio às Famílias e Indivíduos Carenciados”.-----

----- A deputada Adelina Rodrigues do CDS disse que «conforme a Lei setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de Setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, dota os municípios de um conjunto de atribuições e competências no domínio da ação social, e no combate á pobreza e exclusão social, sendo da competência da Câmara Municipal, nos termos do disposto da alínea v) do número um, do Artigo trigésimo terceiro do citado diploma, participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoal em situação de vulnerabilidade, em participar com as entidades competentes da Administração Regional e com instituições de solidariedade social.»-----

-----O deputado Gilberto Andrade do PSD interveio dizendo que relativamente à habitação social é da responsabilidade do IHM, ao qual a Câmara não pode intervir; o pagamento do condomínio é também da responsabilidade do IHM, e que existe a ação social que define a atribuição dos escalões e a Câmara Municipal ajuda com diversos apoios, no sentido de auxiliar as famílias numerosas e carenciadas.-----

---- A deputada Adelina Rodrigues do CDS, em resposta, leu o seguinte conteúdo: «Para concretização deste propósito, o CDS-PP Ribeira Brava propõe a criação de um «Fundo Municipal de Apoio a famílias e indivíduos carenciados», constituído pelas receitas provenientes da autarquia, de natureza pontual e excecional, tendo em vista a melhora das condições de vida das pessoas e famílias, através de um apoio económico-financeiro.» e ainda, «Este apoio deverá ser sempre articulado com as entidades e instituições que trabalham na área da ação social, congregando esforços no sentido de solucionar os prolemas de forma célere e eficaz. Os apoios devem funcionar como um instrumento de suporte pontual às dificuldades dos beneficiários do apoio, capacitando-os não pretendendo, deste modo, colmatar as dificuldades mensais destes, mas algumas lacunas de forma a garantir que os mesmos procurem o equilíbrio e a autonomia e não a dependência.»-----



Handwritten signature and initials in blue ink.

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- O deputado independente Luís Drumond, disse que no dia vinte e um de Outubro de dois mil e quinze foi apresentado algumas propostas sobre famílias numerosas na reunião de câmara e que as mesmas foram chumbadas. Logo não haverá eficácia externa caso estas mesmas propostas sejam aprovadas em assembleia. A proposta de recomendação não é ao presidente mas todo o executivo camarário, que chumbou esta medida. Disse ainda que a intenção é boa e as iniciativas têm bom sentido, mas só serve para contribuir para show off político. O deputado recomendou ainda ao CDS propor ajuda mais específica nomeadamente no caso da senhora Virgília, aqui presente.-----

----- Colocada à votação, a proposta de Recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava intitulada “Fundo Municipal de Apoio às Famílias e Indivíduos Carenciados” foi rejeitada, com os votos contra do PSD e oito abstenções do PS, PTP e dos dois deputados independentes.-----

----- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, disse que «mais uma vez concorda com estas medidas, mas é uma proposta abstrata, exemplo, redução de pagamentos, quanto, quem suporta os apoios ao pagamento será apoio monetário, administrativo? Mais uma vez apelo à coligação PSD-CDS que trabalhe em conjunto, estas medidas serão muito benéficas para a população, agora terão de ser regulamentadas e só depois poderemos analisar o regulamento.»-----

----- O deputado João Abreu do PS, em declaração de voto, referiu que a ideia é boa mas confusa, falta regulamentação, e que existem medidas que já existem.-----

----- O deputado Gilberto Andrade do PSD, em declaração de voto, disse que votou contra porque não é correto se sobrepor às diversas instituições que já estão encarregues destes apoios e que a Câmara deverá indicar para onde devem ser reencaminhadas estas pessoas com necessidades. Disse também que é mais uma proposta com aproveitamento político.-----

----- **Ponto doze** - Discussão e votação da Proposta de Recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava intitulada “Incentivos ao Aumento da Taxa de Natalidade no Concelho”.-----

----- A deputada Adelina Rodrigues do CDS-PP apresentou a proposta de recomendação «Incentivos ao aumento da taxa de natalidade» reforçando a importância de um subsídio mensal a todas as crianças residentes no concelho a partir do primeiro mês de nascimento e até completarem os trinta e seis meses de idade.-----

----- O deputado independente Luís Drumond referiu que as propostas apresentadas são boas, mas que é “Chover no molhado”.-----

----- O deputado Marco das Almas do PTP referiu que concorda com quase tudo da proposta, apenas não concorda com a imposição de compra no mercado local, referindo que os munícipes têm que ter liberdade de escolha.-----

----- O deputado João Gomes do PS disse que deveria haver um limite do valor do subsídio mensal.-----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- A deputada Adelina Rodrigues do CDS-PP disse que a proposta é de recomendação e cabe à Autarquia acatar ou não estas recomendações.-----

----- O deputado Marco Almas do PTP disse que «nesta proposta concordo com quase tudo, porque não podemos e mesmo que quiséssemos que os beneficiários adquirissem no comércio na Ribeira Brava, vivemos num regime de comércio livre e de liberdade de escolha, é um regime liberalista que o CDS defende e gosta penso eu, corrijam-me se estou enganado.»-----

----- Colocada à votação, a proposta de Recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava intitulada “Incentivos ao Aumento da Taxa de Natalidade no Concelho” foi aprovada por maioria, com cinco votos a favor do CDS e vinte abstenções do PSD, PS, PTP e dos dois deputados independentes.-----

----- O deputado Luís Pestana do CDS, em declaração de voto, referiu que o CDS-PP está disponível para ajudar.

----- O deputado Fábio Santos do PS, em declaração de voto, justificou a sua abstenção pois espera que a taxa de natalidade cresça, com ou sem apoio. Disse que a câmara tem apostado no crescimento económico local, o que faz com que as pessoas tenham trabalho e portanto estejam mais confortáveis para terem mais filhos. -----

----- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, justificou a sua abstenção dizendo que é «mais uma excelente proposta, acho que até já foi discutida, mesmo sabendo da importância da natalidade, em vários aspetos, económicos, sociais e até de futuro para o País, nesta proposta acho que existe alterações a fazer.» ----

----- **Ponto treze** - Apresentação, discussão e votação da “Proposta de Discussão de Uma Recomendação Para Criação de Legislação Sobre Reservatório de Água na R. A. Madeira”.-----

----- O deputado independente Luís Drumond referiu que se trata de uma proposta de recomendação pois não foi votada em nenhum órgão camarário, nem os deputados independentes têm representatividade na câmara. Disse também que a proposta apresentada não é da competência da assembleia municipal mas de órgãos superiores, no entanto é uma forma de se fazer ouvir mais além. O episódio trágico acontecido em Campanário já aconteceu antes, os tanques criados e existentes são antigos e não foram construídos agora, daí que haja maiores probabilidades de voltar a acontecer. Referiu que a proposta vem no sentido de controlar, garantir a segurança e precaver situações futuras, quanto aos tanques de rega, e que são medidas que podem ser tomadas quer a nível privado quer a nível público. Esta proposta pretende criar legislação que responsabilize e controle e também reequacionar apoios para este fim e de certa forma alavancar a micro economia, por exemplo com pequenas obras para os empreiteiros executarem. -----

----- O deputado Marco Almas do PTP interveio dizendo que «uma proposta séria, na última Assembleia fiz referência às vedações nos tanques algumas deficientes e outras não existentes, foi respondido que a fiscalização da Câmara continua a identificar e a notificar os proprietários, infelizmente não podemos evitar tudo, aconteceu uma tragédia no Campanário, perdeu-se uma vida, não foi possível evitar a tragédia, espero



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

que esta recomendação não seja como a minha, que se intensifique a prevenção, certamente dirá que só falei nas vedações, mas se eu ver que as telhas num telhado estão partidas e depois ver que a estrutura está em risco, certamente que não vou avisar que é só as telhas que estão deficientes. Informo também que o PTP na Assembleia Regional está a desenvolver uma proposta muito semelhante e em princípio dará entrada esta semana ou o mais tardar na próxima para que seja discutido este problema de muitos anos. Nesta proposta acho que a questão dos seguros será mesmo um problema, quer para os proprietários, o valor poderá ser incomportável ou até as seguradoras não quiserem efetuar os seguros.»-----

----- O deputado João Abreu do PS questionou os presidentes das juntas de freguesia, se têm inventários sobre os tanques de rega e se têm falado com a população.-----

----- O Presidente da junta de Freguesia da Ribeira Brava, Higinio Fernandes disse que existe um decreto de lei que obriga a que as pessoas tapem os seus tanques e logo esta obrigatoriedade é dos donos dos tanques e poços.-----

----- O deputado João Abreu do PS reformulou a questão sobre o que é que tem sido feito.-----

-----O Presidente da junta de Freguesia da Ribeira Brava respondeu que as juntas de freguesia não têm competência de fiscalização, o que é feito é identificar casos e sendo posteriormente comunicados à Câmara. Pode eventualmente a junta apoiar, como por exemplo com material para tapar os tanques.-----

----- O Presidente da junta de Freguesia da Serra de Água, Jorge Santos, disse que fazer um inventário é difícil, é fácil identificar os tanques ativos mas os antigos são mais difíceis, pois é necessário falar com as pessoas mais antigas. Disse também que no que respeita aos tanques mais novos, a junta apoia na limpeza e na reconstrução caso seja necessário.-----

----- O deputado Luís Pestana do CDS questionou o executivo camarário sobre esta matéria.-----

----- O senhor vereador Marcelino Pereira mencionou que o decreto-lei vinte de oitenta e nove trata apenas da cobertura dos tanques e que todas as pessoas foram notificadas por parte da Câmara para identificar os seus tanques, conforme o número três, alínea terceira, deste mesmo decreto-lei. Disse que às câmaras compete o dever de fiscalizar apenas as coberturas e que a proposta apresentada pelo deputado independente Luís Drumond é relativamente à estabilidade dos tanques. Disse ainda que é difícil a Câmara inventariar todos os tanques, pois não é possível entrar em terrenos privados, existem é casos de alertas.-----

----- O deputado Gilberto Andrade do PSD referiu que esta proposta enriquece um tema ainda muito vago a nível de legislação e que portanto o seu voto será favorável, não só a nível local como a nível regional.-----

----- Colocada à votação, a “Proposta de Discussão de Uma Recomendação Para Criação de Legislação Sobre Reservatório de Água na R. A. Madeira” foi aprovada por unanimidade.-----

----- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, referiu que «é uma recomendação que terá de



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

ser acatada, pois é um problema que se arrasta há muitos anos e não podemos, a Câmara não pode ignorar este problema grave de segurança.» -----

----- Deu-se por encerrado o período da Ordem do Dia às vinte horas e cinquenta e cinco minutos.-----

----- No Período aberto ao público houve a intervenção da senhora Agostinha Estelina da Côrte. -----

----- A senhora Agostinha da Côrte referiu que não se sente segura em casa, porque existe uma vereda perto da sua residência, onde está a nascer um ribeiro, o poço está cheio de terra e rocha e portanto não é possível escoar a água. Disse que as levadas não foram limpas pelo que os terrenos encontram-se encharcados. Disse que necessita de ajuda para retirar a água dos terrenos. Disse também que está em causa a sua própria sobrevivência. Acrescentou que vive só, é doente, e não possui rendimentos, vivendo apenas daquilo que cultiva. A vereda que dá acesso à sua casa está em muito mau estado e dificulta o acesso aos bombeiros caso seja necessário. -----

----- O presidente da Assembleia disse que a Assembleia Municipal não pode intervir nesta questão mas que o seu caso ficará registado em ata.-----

----- Foi lida a minuta das deliberações referente à presente sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Colocada à votação, a minuta das deliberações, foi aprovada por unanimidade.-----

----- Não havendo nada mais a tratar, o senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas vinte e uma horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Teresa Maria da Côrte Gonçalves, Primeira Secretária da Mesa, a redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente e o Segundo Secretário depois de aprovada na próxima sessão da Assembleia.-----

O Presidente da Assembleia

(Horácio Ramos Ferreira)

A Primeira Secretária

(Teresa Maria da Côrte Gonçalves)

A Segunda Secretária

(Catarina Jesus Silva Almeida)